



# REGIMES FAVORECIDOS

---

Mariz de Oliveira e  
Siqueira Campos  
ADVOGADOS

ACESSAR MATERIAL COMPLETO



# REGIMES FAVORECIDOS

## COMANDO CONSTITUCIONAL

A EC 132/23 manteve tratamento tributário favorecido para:



**Simples Nacional:** inclusão do IBS e da CBS no regime unificado de arrecadação

**Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALCs):** continuidade de incentivos fiscais voltados à proteção da competitividade regional para a promoção do desenvolvimento econômico em áreas estratégicas

**Biocombustíveis e hidrogênio de baixa emissão de carbono:** garantia de tributação inferior aos combustíveis fósseis



Os regimes favorecidos buscam atenuar os impactos da reforma sobre setores econômicos e contribuintes atualmente contemplados com incentivos tributários.



# SIMPLES NACIONAL

## Regime de recolhimento

O tratamento tributário simplificado destinado às **microempresas** e **empresas de pequeno porte** é atualmente assegurado por meio do **Simple Nacional**, um regime unificado de arrecadação que centraliza o recolhimento dos tributos em uma única guia.



No novo modelo, o contribuinte do Simples Nacional poderá optar por recolher o IBS e a CBS pelo:

- **Regime unificado** (LC 123/06), ou
- **Regime regular de IBS e CBS** (PLP 68/2024)\*

\*O IBS e a CBS serão pagos de forma apartada dos demais tributos devidos pelo contribuinte (ex. IRPJ, CSLL).

A opção será **semestral** e **irrevogável**, devendo ser exercida antes do início do semestre de vigência:

Semestre de vigência	Mês para realizar a opção
1º semestre (Jan-Jun)	Setembro do ano anterior
2º semestre (Jul-Dez)	Abril do mesmo ano

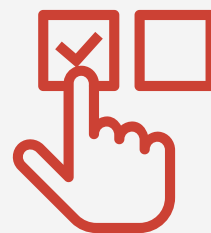
## Opção por regimes

O Simples Nacional foi concebido com o propósito de **facilitar o cumprimento das obrigações tributárias** por microempresas e empresas de pequeno porte, reduzindo o custo de conformidade e a carga tributária sobre esses contribuintes.

- A inclusão do IBS e da CBS no regime de arrecadação unificada mantém o modelo atualmente adotado para ISS, ICMS, PIS e COFINS
- Porém, o recolhimento pelo regime regular reduz a simplicidade no cumprimento de obrigações acessórias, já que a apuração e o pagamento dos tributos devidos pelos optantes do Simples serão feitos separadamente (**hibridismo**)
- A alternatividade entre os regimes visa garantir que o contribuinte possa avaliar os benefícios da manutenção integral na sistemática do Simples

## Prazo semestral

A **opção semestral** pelo regime confere maior **flexibilidade aos contribuintes**, possibilitando ajustes periódicos na forma de apuração e contabilização das operações, segundo as necessidades do setor econômico em que atuam.



## Não cumulatividade

O crédito em operações por optantes do Simples será autorizado com base no regime de recolhimento:



	Regime Unificado	Regime Regular
Adquirente optante do Simples	<p><u>Não</u> poderá apropriar crédito</p>	<p>Poderá apropriar crédito</p>
Fornecedor optante do Simples	<p>Apenas a operação realizada com o fornecedor gerará crédito para o adquirente*</p> <p>*Crédito em montante equivalente ao recolhido no regime do Simples</p>	<p>Haverá repasse do crédito acumulado nas etapas anteriores para o adquirente*</p> <p>*Crédito integral, como os demais contribuintes do regime regular</p>

A **limitação da transferência do crédito** ao montante cobrado no regime unificado poderá prejudicar excessivamente a competitividade das empresas optantes pelo Simples.

- Há um risco de discriminação das microempresas e empresas de pequeno porte por parte dos adquirentes, que poderão demonstrar preferência à aquisição de bens de fornecedores que apurem regularmente os créditos e débitos na cadeia produtiva/comercial
  - **Contribuintes no “final” da cadeia:** a opção pelo regime regular não gera vantagem, pois seus adquirentes em regra não apropriam crédito nas operações
  - **Contribuintes no “meio” da cadeia:** a apuração no regime regular tende a ser positiva, por permitir a apropriação e transferência integral de créditos (apesar do possível aumento da carga incidente sobre os fornecimentos)

Quanto aos contribuintes do meio da cadeia, a tendência é que a autorização legal para optar pelo regime unificado tenha **pouca eficácia prática**, caso a competição com outros contribuintes torne indispensável/necessária a apropriação integral de crédito no regime regular.



- Assim, a escolha legislativa **reduz a simplicidade** do Simples Nacional e satisfaz o comando constitucional de tratamento favorecido (*art. 146, III, “d”, CF*) apenas de forma modesta
- Na prática, o modelo híbrido introduz complexidade adicional, o que reduz a atratividade do regime simplificado e desfaz seu papel como instrumento de incentivo e inclusão tributária para os pequenos negócios



# ZONA FRANCA DE MANAUS E ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO

## Incentivos

Os produtos da ZFM e das ALCs terão benefícios para assegurar o diferencial competitivo em comparação com bens de outras regiões do país:



### Suspensão + isenção:

Importação de bens materiais por indústria incentivada



### Alíquota zero:

Envio de bens nacionais industrializados para as áreas incentivadas

Operações com bens intermediários entre indústrias incentivadas

Operações internas nas áreas incentivadas



### Crédito presumido:

Envio de bens produzidos por indústria incentivada para outras regiões do país

Importação de bem material para revenda



Os benefícios da ZFM e das ALCs poderão ser aplicados até o ano de **2073**.

## IPI

Serão **reduzidas a zero** as alíquotas de IPI sobre produtos que não tenham industrialização na ZFM

Para os produtos industrializados na ZFM, a redução dependerá da alíquota vigente em 31.12.2023

## Fundos

Lei complementar instituirá o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas e o Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá.

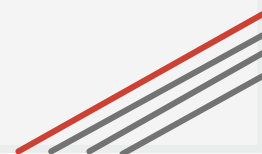
- Os fundos visam fomentar o **desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas** da região, bem como compensar eventuais reduções na arrecadação em razão da instituição do IBS e da CBS
- Lei Complementar específica **a ser editada** deverá estabelecer as condições pelas quais os recursos dos fundos de proteção à ZFM poderão compensar as perdas de arrecadação das áreas incentivadas

Os benefícios **reduzem a carga tributária** incidente sobre as operações realizadas por contribuintes localizados nas áreas incentivadas, preservando o diferencial competitivo atualmente existente quanto a ICMS, PIS, COFINS e IPI.

- Há discussão sobre a possibilidade de os benefícios serem interpretados como **renúncia de receita**
- No entanto, sua concessão decorre de **determinação constitucional**, de forma que a redução da arrecadação não pode ser compreendida como renúncia fiscal

A ZFM e as ALCs foram tratadas de forma **isonômica** quanto à concessão dos benefícios.

Ademais, não há previsão de edição de lei complementar instituindo os fundos indicados na EC 132/23, o que tende a reduzir a eficácia do comando constitucional.



# BIOCOMBUSTÍVEIS E HIDROGÊNIO DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

O tratamento tributário favorecido e o diferencial competitivo foram assegurados por meio de **ajustes nas alíquotas**:

- Alíquotas do IBS e da CBS não podem ser inferiores a 40% ou superiores a 90% das alíquotas aplicadas aos combustíveis fósseis comparados
- Para o **etanol hidratado combustível**, a alíquota deverá garantir o diferencial competitivo existente em relação à gasolina “C” no período compreendido entre 1.7.2023 e 30.6.2024



O regime favorecido para biocombustíveis está atrelado à **defesa do meio ambiente**, que passou a ser um dos princípios do Sistema Tributário Nacional.



Os incentivos fiscais concedidos a essa matriz energética têm o potencial de estimular sua produção, fortalecendo as indústrias e o agronegócio.

Com a manutenção de regime favorecido aos biocombustíveis, alinhada à possibilidade de incidência do Imposto Seletivo sobre os derivados de petróleo, a tendência é o **estímulo** à produção de fontes de energia que apresentem **baixo índice de emissão de poluentes**, bem como a elevação dos preços da gasolina, óleo diesel, querosene etc.



# Mariz de Oliveira e Siqueira Campos

ADVOCADOS



## AUTORES:



**Marcos Engel**



**Silvio Gazzaneo**



**Rodolfo Paiva**